

**Senado vota nesta quarta-feira proposta para renda mínima de até R\$ 1500 por família; entenda**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O Senado Federal irá votar, nesta quarta-feira, o projeto de lei que institui a Renda Básica de Cidadania Emergencial, a ser concedida em casos de epidemia e pandemia. A proposta, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), prevê um benefício de R\$ 300 a R\$ 1500 por família por seis meses prorrogáveis pelo tempo que durar a pandemia. O texto já recebeu 20 ementas. Entenda a proposta. Quem recebe? Os beneficiários do Programa Bolsa Família. E todas as pessoas listadas no Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico, e todos os seus dependentes, com renda familiar per capita inferior a três salários mínimos e que não sejam beneficiários do Programa Bolsa Família. No período de concessão da Renda Básica de Cidadania Emergencial, ficarão suspensos os compromissos assumidos pelas famílias para receber o benefício, como o de matricular e manter crianças e adolescentes na escola e o de vacinar as crianças de até sete anos. O Cadastro Único existe desde de 2003 e serve para seleção das famílias de baixa renda a serem beneficiadas por programas federais como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde e outros. Também é usado em programas estaduais e municipais. Qual valor? É previsto um valor mínimo de R\$ 300 mensais por pessoa, limitado a no máximo R\$ 1500 por família. Como o valor será depositado? Na conta cadastrada da Caixa Econômica Federal para os benefícios Ementas propostas. Dentre as 20 ementas propostas ao projeto pedem-se o aumento do valor mínimo para R\$ 600 e a inclusão de outras pessoas, como trabalhadores rurais e informais, entre outras. Para economistas, o governo precisa sim destinar valores para auxiliar os mais necessitados, mas há preocupações sobre sobreposição de ações. — Garantir renda nessa situação é essencial. Entendo que essa proposta seja para os mais miseráveis. E acredito que o valor e o prazo de seis meses são coerentes — afirma André Diz, professor de Economia do Ibmec SP. Para o professor Marcelo Neri, diretor do FGV Social, seria melhor uma ação mais coordenada de medidas: — Entendo que a proposta tem algumas sobreposições com o “Coronavoucher” que já foi aprovado. Duas ações fazendo coisas parecidas não é bom. Era melhor o governo coordenar melhor a ação e garantir que todos que necessitem recebam e que não aja dupla bonificação. Já na visão do professor da FGV Direito Rio e da FGV EESP, Daniel Vargas, a proposta é um aprimoramento do que o Senado já aprovou. — Eu vejo que o Senado aprovou o outro texto para não voltar a discutir tudo de novo. E esse traz mais benefício de prazo de teto maior. Reabra a discussão, como nas ementas que querem agregar outras categorias não citadas ainda. Acho que em momentos de crise como esta não é a hora de ver os detalhes, é fazer o dinheiro chegar. Depois a gente conserta eventuais problemas. Envie denúncias, informações, vídeos e imagens para o WhatsApp do Extra (21 99644 1263)

